

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Segunda Sessão Ordinária
27 - 29 DE JANEIRO DE 2008
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/373 (XII)

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE AS DIFERENTES
PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO AFRICANA COM O
JAPÃO (TICAD IV), CHINA, AMÉRICA DO SUL, ÍNDIA E TURQUIA

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE AS DIFERENTES PARCERIAS
ESTRATÉGICAS DA UNIÃO AFRICANA COM O JAPÃO (TICAD IV), CHINA,
AMÉRICA DO SUL, ÍNDIA E TURQUIA**

O Conselho lembrar-se-á certamente da sua Decisão EX.CL/Dec.318 (X) sobre a Parceria Estratégica de África com as Potências Emergentes do Sul que “solicitava a Comissão a envidar os esforços necessários para desenvolver um novo tipo de parceria horizontal, com vista a maximizar os benefícios mútuos” e que “orientava no sentido de assinalar os recursos no orçamento para a revisão, avaliação e acompanhamento da Parceria Estratégica de África com as Potências Emergentes do Sul”. A Comissão tem implementado fielmente esta directiva relativa ao desenvolvimento de relações com as potências emergentes em diferentes regiões do mundo, particularmente com os países da América do Sul, como medida de acompanhamento da Cimeira África-América do Sul (ASA), Índia e Turquia.

I. **Acompanhamento da Cimeira África-América do Sul**

2. Neste contexto, a prioridade foi dada às necessidades do desenvolvimento de relações com os países da América do Sul no quadro da Declaração, da Resolução e do Plano de Acção que a Cimeira África-América do Sul (ASA) adoptou em Abuja, Nigéria, a 30 de Novembro de 2006. Essas conclusões documentais levaram ao estabelecimento de um Mecanismo de Acompanhamento, compreendendo os actuais co-presidentes e o co-presidente eleito (Brasil, Nigéria e Venezuela, respectivamente), coadjuvados pela Comissão da UA e o Secretariado da União das Nações Sul-americanas (UNASUR), com o objectivo de assegurar a implementação do programa de cooperação contido no Plano de Acção adoptado pelos dirigentes dos dois continentes. O Mecanismo tem a responsabilidade específica de “propor novas iniciativas e realizar as acções mencionadas nos programas e projectos previamente acordados, analisar os progressos alcançados na sua implementação e a disseminação da informação sobre os acordos de cooperação”. Uma vez que a Declaração também concorda que a Cimeira deverá ser realizada de dois em dois anos, com a República Bolívar da Venezuela a acolher a próxima, em 2008, é evidente que a agenda do Mecanismo de Acompanhamento e o seu trabalho deve centrar-se no contexto das actividades preparatórias para a segunda Cimeira.

Reunião de Caracas

3. A responsabilidade principal da Comissão a este respeito é de apoiar o Mecanismo de Acompanhamento, em coordenação com outros membros, de maneira a assegurar o processo de arranque. Desta feita, a primeira reunião de Coordenadores no Mecanismo de Acompanhamento teve lugar em Caracas, Venezuela, de 16 a 18 de Julho de 2007. A reunião contou com a participação de representantes do Brasil, da Nigéria, da Venezuela, da Comissão da UA e da UNASUR, representada pela Bolívia como Secretariado da Organização Pro

tempore (de momento). O Presidente da Comissão da UA e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela dirigiram às sessões de abertura e de encerramento da reunião. Ela analisou os aspectos gerais da Declaração e do Plano de Acção, bem como as medidas a adoptar para a sua implementação. A este respeito, a República Bolívar da Venezuela apresentou propostas de calendário para as reuniões preparatórias para a segunda Cimeira da ASA, assim como os programas e projectos para a implementação. As propostas eram, entre outras, a criação de um Banco do Sul, uma universidade do Sul, a criação de um Fundo para a Integração do Ensino e uma Rede do Sul de Estações de TV e Rádio.

4. Depois de terem analisado as várias propostas, a reunião dos Coordenadores concordou com o calendário de reuniões de peritos governamentais e de Ministros sobre sete (7) áreas principais, nomeadamente a energia, os assuntos sociais, a cultura e o turismo, bem como as questões multilaterais, a economia, particularmente o investimento e as finanças, as infra-estruturas e os transportes, a agricultura e o meio ambiente. Entretanto, decidiu-se que as consultas efectuar-se-iam dentro das regiões, de modo a reflectirem mais ainda sobre estas propostas, com vista a obter-se mais contribuições e maior mobilização da população das duas regiões para as apoiar. De igual modo, ficou acordado que as conclusões das consultas seriam consolidadas num programa de trabalho, numa subsequente reunião do Mecanismo de Coordenação, a realizar-se na Nigéria, em conformidade com o princípio de rotação das reuniões entre as duas regiões, aprovada pela Cimeira de Abuja.

5. A reunião concordou igualmente que a primeira reunião de peritos governamentais seja realizada em Adis Abeba, Etiópia, onde se adoptariam medidas para a aceleração do processo de consultas com vista a facilitar a realização da reunião dos Ministros do Comércio, proposta para Marrocos. Na ocasião, propôs-se ainda que a 1ª reunião dos Altos Responsáveis da ASA deve realizar-se em Brasília, Brasil, no último trimestre de 2007. Um acordo foi também concluído sobre a necessidade de se facilitar, harmonizar e reforçar o mecanismo de coordenação da Cimeira de ASA. A reunião concordou também sobre a necessidade de se preparar os documentos de trabalho para as reuniões de peritos e indicar a Venezuela, o Brasil e a UNASUR para conferirem esses documentos da América do Sul, enquanto a Nigéria e a Comissão Africana fariam o mesmo em relação à África. As propostas das reuniões de peritos seriam também submetidas aos vários Estados-membros, com vista a obter-se ofertas para as mesmas e indicação de outras responsabilidades para países e regiões específicas.

Acompanhamento da Reunião de Caracas

6. A Comissão, ao regressar da reunião de Caracas, tomou várias medidas para facilitar a implementação das conclusões desse evento. Ela disseminou os resultados da reunião dentro da Comissão e solicitou pareceres, avaliações,

acção e resposta. Semelhantemente, fez circular os resultados pelos Estados Membros, chamando a atenção para o reagrupamento dos vários assuntos reflectidos na Declaração e no Plano de Acção de Abuja, as propostas para as reuniões sectoriais, as propostas de Venezuela e do Brasil sobre projectos específicos e exequíveis. Os Estados Membros foram convidados a manifestar o seu desejo de acolher as reuniões do grupo de peritos com datas e locais previsíveis. Eles foram igualmente solicitados a apresentar propostas relevantes e a reflectir sobre as propostas emanadas da reunião de Caracas, de modo a ajudarem na sua finalização. A Comissão também agilizou os contactos e deu início ao processo de consultas com o Marrocos, com vista a levar a este último a apresentar propostas concretas em relação ao estabelecimento das datas para a reunião dos Ministros do Comércio, em Marrocos. Para além disso, ela apresentou formalmente o relatório sobre os resultados do Sub-Comité dos Representantes Permanentes (CRP) para os Assuntos Multilaterais e submissão de contribuições, a fim de se promover um maior envolvimento de todos os segmentos da União Africana nos acordos de parceria estratégica.

2ª Reunião do Grupo de Coordenação

7. A segunda reunião do Mecanismo de Coordenação da Cimeira África-América do Sul (ASA) foi posteriormente realizada no Transcorp Hilton Hotel, em Abuja, Nigéria, de 29 a 30 de Novembro de 2007. O objectivo da reunião foi de rever os progressos feitos desde a reunião de Caracas, particularmente em relação às actividades de acompanhamento em cada região, bem como considerar as vias e formas efectivas para fazer avançar o processo.

8. A reunião analisou o calendário de reuniões de peritos, que foi proposto durante a reunião de Caracas, no contexto daquilo que tem vindo a acontecer desde então. Ela decidiu rever o calendário de actividades proposto em Caracas, priorizar os objectivos e as acções, assim como propôs métodos para a harmonização e o reforço do desempenho do Mecanismo de Coordenação. A reunião passou também em revista as propostas da Venezuela, do Brasil, da Nigéria e da União Africana, que se basearam nas consultas que tiveram lugar no período intermédio, bem como a necessidade de fazer os arranjos necessários para a reunião dos Ministros do Comércio em Marrocos.

Resultados

9. No final dos trabalhos, a reunião chegou a um conjunto de conclusões importantes. Ela aprovou a proposta da Venezuela no sentido de se estabelecer as datas para a Cimeira, como a seguir se indicam:

- a) 25-26 de Novembro de 2008 – Reunião de Altos Responsáveis
- b) 27-28 de Novembro de 2008 – Reunião dos Ministros
- c) 29-30 de Novembro de 2008 – Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo

10. Por outro lado, a reunião reviu o calendário das actividades acordado em Caracas, de forma a estabelecer as prioridades e a permitir a realização efectiva dos objectivos dentro de um período realista. Neste contexto, ela estabeleceu um novo programa para as reuniões de peritos e aceitou a proposta da Venezuela de realizar um seminário facilitador em quatro áreas temáticas, nomeadamente, a energia, as finanças, a educação e a comunicação, de modo a proporcionar uma contribuição técnica às reuniões de peritos. A Comissão da UA foi também solicitada a efectuar outras consultas com Marrocos, com a finalidade deste último facilitar a realização da reunião dos Ministros do Comércio em Rabat, antes do fim do 1º trimestre de 2008.

11. A reunião concordou também em harmonizar e reforçar o Mecanismo de Coordenação de maneira a assegurar uma preparação adequada da Cimeira. Assim, ela recomendou o estabelecimento de um “Secretariado Pro tempore” (Secretariado rotativo) no país anfitrião da próxima Cimeira, durante o período da sua presidência. O Secretariado trabalharia com o Mecanismo de Coordenação, de acordo com a Declaração de Abuja. Para além disso, a reunião de Abuja reconheceu que houve uma dose de apoio para a proposta da Venezuela relativa à universidade do Sul, ao Banco do Sul e a rede de estações de rádio e TV da Telesur do Sul e recomendou que uma pequena equipa técnica, que será nomeada pelo Mecanismo de Coordenação, logo que possível, efectuasse estudos de viabilidade.

12. O Mecanismo de Coordenação também recomendou que se iniciasse actividades simbólicas, com o fim de acelerar o ímpeto da cooperação, nomeadamente intercâmbios desportivo, cultural e social, que devem começar com um torneio de futebol internacional, com um trofeu, antes da próxima Cimeira em 2008. Ele decidiu também promover uma série de eventos culturais e os laços institucionais, sociais e culturais, através da geminação de cidades, de programas conjuntos de bolsas de estudo e da pesquisa, bem como do intercâmbio de estudantes/professores entre instituições académicas nas duas regiões.

13. As outras recomendações específicas feitas pela reunião de Abuja foram as seguintes:

- i) A primeira reunião de peritos deve realizar-se em Adis Abeba, em Março de 2008, para debater questões sociais. A Comissão da UA deverá efectuar consultas sobre esta matéria e as possíveis datas, bem como informar a todos os interessados;
- ii) A reunião ministerial de ASA, proposta sobre a Energia, deverá ter lugar à margem das reuniões dos Ministros da Energia de África, da América Latina e das Caraíbas, no México, em Março de 2008. Este

evento poderá ser precedido por uma reunião de peritos entre a Comissão Africana de Energia (AFREC) e a União das Nações Sul-americanas (UNASUR), como acordaram durante a reunião de coordenação de Caracas;

- iii) O Brasil deverá realizar uma reunião de altos responsáveis em meados de 2008, com o objectivo de analisar os relatórios das reuniões de peritos e debruçar-se sobre os preparativos para a Cimeira de 2008. A 3ª reunião de coordenação deverá realizar-se na véspera dessa reunião.

Conclusão

14. Em conclusão, depois do arranque tardio, a implementação dos resultados da Cimeira de África-América do Sul (ASA) começou de forma diligente e parece estar no caminho certo. As propostas de harmonização dos mecanismos e o desenvolvimento de projectos e programas, estão em curso. O mais importante é que o programa de cooperação está situado efectivamente no contexto dos preparativos para a 2ª Cimeira em Venezuela e as datas foram fixadas e os actores regionais foram atribuídos as responsabilidades específicas. Isto demonstra que o quadro de parceria estratégica entre as duas regiões aumentou a sua dinâmica e promete realizar as esperanças e a promessa da Cimeira de Abuja. Porém, muito resta a fazer e há necessidade clara de se manter o ímpeto, o calendário e as fases do calendário das actividades que foram acordadas. É igualmente necessário criar um maior e mais rápido impacto, de modo a assegurar as populações de ambas as regiões de que podem colher benefícios da associação. Afigura-se igualmente importante que o Conselho tome conhecimento das datas propostas para a Cimeira de Venezuela e decida sobre a acção apropriada a tomar para garantir que a União Africana esteja devidamente preparada para a reunião.

15. O Conselho poderá tomar conhecimento das várias propostas e aprovar a sua implementação. Isto requererá uma acção urgente por parte dos Estados Membros, no sentido de se preparar para as várias reuniões técnicas, uma das quais poderá realizar-se em Burquina Faso, que se ofereceu para a acolher. Importa também aprovar as datas propostas para a próxima Cimeira, que terá lugar na Venezuela.

II. Fórum África-China e Actividades Preparatórias para a Cimeira África-Índia

16. O segundo eixo da parceria estratégica crescente entre a UA e outras regiões do mundo é o continente asiático. Isto deveu-se à Cimeira do Fórum de Cooperação África-China, em Pequim, China, de 4 a 5 de Novembro de 2006, que desenvolveu um quadro para a cooperação política e económica estratégicas entre África e China. Isto inclui a cooperação na esfera do desenvolvimento

social, nomeadamente a assistência ao desenvolvimento, ao alívio da dívida e ao desenvolvimento de recursos humanos. O programa para uma parceria África-Índia é a extensão lógica deste eixo.

A Primeira Fase

17. O processo iniciou-se com a visita do Presidente da Comissão à Índia em Dezembro de 2006. Durante a sua visita, ele teve encontros com o Primeiro-ministro da Índia e ambos concordaram com a ideia da realização de uma Cimeira de Parceria em Nova Deli, Índia, numa data que seria determinada num futuro próximo. Os dois líderes concordaram também em criar um grupo de trabalho conjunto, que se ocuparia dos preparativos para o Fórum. Neste contexto, a Comissão da UA comprometeu-se a preparar os termos de referência (TdR) do grupo de trabalho e o quadro do Fórum.

18. A primeira reunião preparatória do grupo de trabalho teve lugar em Nova Deli, Índia, de 13 a 16 de Março de 2007. A Comissão da UA apresentou os termos de referência na devida altura e a Índia aceitou os seus elementos básicos e a substância. A Comissão propôs uma estrutura de três níveis para a Cimeira, que incluiria a Cimeira, uma reunião ministerial e uma reunião de altos funcionários. Houve igualmente um acordo relativo à realização de mais consultas sobre as datas exactas para a Cimeira e a mobilização de determinados dirigentes para participarem no evento, logo que as datas forem fixadas.

19. A parte indiana também aceitou a proposta da parte africana, segundo a qual a estrutura da Cimeira conformar-se-ia à Decisão da Conferência da União em Banjul (Assembly/AU/Dec. 3 (VII) e devia assim incluir apenas o actual Presidente da UA, o Presidente da Comissão, os Presidentes das oito (8) Comunidades Económicas Regionais (CERs) reconhecidas, o Presidente do Comité dos Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (HSGIC), e os cinco países iniciais da NEPAD, por parte da África. Ambas partes concordaram ainda na necessidade de haver resultados, nomeadamente a Declaração e o Plano de Acção e que o Fórum devia realizar-se alternadamente em África e na Índia, em intervalos que seriam posteriormente determinados pela direcção política. A Comissão da União Africana também indicou que ela teria de trabalhar em estreita colaboração com o Sub-Comité do CRP para a Cooperação Multilateral, em conformidade com a tradição da UA. De igual modo, fizeram-se arranjos para a 2ª reunião preparatória e de acompanhamento.

20. Por outro lado, as duas partes concordaram que a parceria UA-Índia devia ser concebida de maneira a que haja valor acrescentado nas redes de parceria já existentes. Desta feita, ela só se concentraria nas áreas com vantagens compensativas. Por conseguinte, quatro grupos de trabalho sectoriais foram identificados para este fim, como se segue:

- a) Agricultura;
- b) Infra-estruturas, energia, comércio, indústria, pequenas e médias empresas (MPEs) e finanças;
- c) Educação e TIC;
- d) Governação, relações civis/militares e manutenção da paz.

Ficou igualmente acordado que o acima exposto podia constituir as áreas principais de referência, enquanto que outras áreas podiam estar reflectidas na Declaração.

21. Na sequência desta reunião, a delegação da Comissão reuniu-se com os Embaixadores e os Chefes de Missões africanas em Nova Deli, a fim de lhes informar sobre o quadro de cooperação proposto e solicitar a sua contribuição e participação no processo. Eles exprimiram o desejo de trabalhar e ofereceram-se para participar nos preparativos para a próxima reunião de acompanhamento, programada para Adis Abeba.

2ª Reunião Preparatória

22. A Comissão da UA, como parte do processo de preparação para a reunião de acompanhamento, preparou um projecto de Declaração e o Plano de Acção. Isto constituiu o principal objecto de discussão com a delegação indiana, de 23 a 24 de Maio de 2007, em Adis Abeba. Antes da reunião, a Comissão reuniu-se com o Sub-Comité do CRP para a Cooperação Multilateral, a fim de debaterem sobre o projecto de Declaração, solicitar-lhes contribuições e emendas, bem como a obtenção de um consenso sobre aquilo que deve ser apresentado à delegação indiana. Consequentemente, os projectos de documentos analisados com a Índia continham a contribuição e opiniões dos Estados Membros.

23. Para além disso, a delegação indiana reuniu-se com uma delegação conjunta da UA, composta pelo Sub-Comité do CRP e a Comissão. Essa reunião foi presidida pelo anterior Presidente do Sub-Comité e o Director Geral para África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, que chefiou a delegação indiana. A delegação indiana apresentou igualmente um projecto revisto, baseado no documento inicial da Comissão da União Africana. Os dois projectos eram, de um modo geral, semelhantes no conteúdo, porque ambos basearam-se nas conclusões da primeira reunião preparatória em Deli. No final do debate, as duas partes concordaram em harmonizar o projecto de Declaração, que reflectia e actualizava as conclusões da sua reunião preparatória no formato e nos aspectos organizacionais da Cimeira e ampliou o âmbito e as áreas de cooperação.

24. Para além do quadro da Cimeira bilateral acordado em Banjul, a reunião propôs que, enquanto a nível ministerial a participação dos Estados Membros da UA seria restrito aos Ministros dos Chefes de Estado e de Governo participantes na Cimeira, todos os Estados Membros da União podiam participar na reunião dos altos funcionários. Entretanto, uma proposta foi feita para incluir o Presidente da União, que acabaria de cessar as suas funções nessas Cimeiras, de maneira a promover a continuidade. Porém, essa decisão tinha de ser endossada pelo Conselho e pela Conferência da União, porque ela não estava contida na Decisão de Banjul.

25. Subsequentemente, a Comissão prestou informações à Cooperação Multilateral e disponibilizou os projectos de documentos emendados durante a sua reunião com a Índia. Os Estados Membros se tinham comprometido a enviar os documentos aos seus governos, com vista a obter os seus pareceres. Esses pareceres ainda não foram enviados.

26. No dia 10 de Outubro de 2007, a Comissão recebeu uma proposta da Índia sugerindo que a Cimeira devia ter lugar no dia 8 de Abril de 2008. O Presidente da União foi informado dessa proposta. Espera-se que as reuniões dos altos funcionários e ministerial terão lugar antes da Cimeira, e os Chefes de Estado e de Governo participantes chegarão à Nova Deli a 7 de Dezembro de 2007.

27. A Comissão considera uma parceria África-Índia como sendo útil e um importante passo para consolidar as relações com as potências emergentes, assegurando um diálogo e uma cooperação intercontinentais sustentadas e mutuamente vantajosas, com ênfase na necessidade de se estabelecer um equilíbrio no leque de relações mundiais da União e de acrescentar valor no que já existe. Há ainda mais trabalho a fazer, na medida em que resta concluir o projecto de Declaração e o Plano de Acção. Por essa razão, a delegação da Índia poderá chegar a Adis Abeba no primeiro trimestre do ano para uma sessão de trabalho que se pretende final. Entretanto, o Conselho pode querer aprovar a data proposta pela Índia para a realização da Cimeira a 8 de Abril de 2008.

III. Fórum África – Turquia

28. Este processo começou com a visita do Presidente da Comissão à Turquia e da posterior visita do Primeiro-ministro turco à Comissão da União Africana, em Janeiro de 2007, onde ele fez um discurso importante perante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana. O ímpeto criado durante a Cimeira determinou a aceleração do processo de desenvolvimento de uma relação mais forte e estreita entre a África e a Turquia, baseada no quadro das relações existentes e crescentes.

29. Por conseguinte, no dia 4 de Junho de 2007, um grupo da União Africana recebeu uma delegação turca de três elementos, chefiado pelo Director Geral dos Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia,

para analisar a proposta de Fórum de Cooperação África – Turquia. A parte africana incluiu o Presidente do Sub-Comité do CRP para os Assuntos Multilaterais. Essa análise ficou, entre outras coisas, no objectivo de realização de um Fórum/Cimeira África – Turquia com um veículo para reforçar as parcerias existentes e consolidar a cooperação bilateral entre a Turquia e os Estados Membros da UA.

30. A reunião também debateu a questão da estrutura ao nível da Cimeira proposta. O grupo da UA indicou que a participação da parte africana seria orientada pela Decisão de Banjul, com a mesma proposta de um ligeiro alargamento do tipo proposto para a Cimeira África – Índia. Semelhantemente, a reunião examinou as datas possíveis para a Cimeira e concordou que a Comissão devia enviar um grupo de 8-10 responsáveis para efectuar uma visita de trabalho a Istanbul, a fim de manter outros encontros com as autoridades locais e apresentar propostas de cooperação específicas e concretas. A reunião debruçou-se sobre as áreas e os sectores-chave para a cooperação e decidiu que os documentos conclusivos incluíssem uma Declaração e um Plano de Acção. Tal como a proposta relativa à Cimeira África-Índia, acordou-se igualmente que se devia dar ênfase às áreas de vantagem comparativa que reforçassem e consolidassem as relações existentes. Entretanto, novas dimensões seriam criadas para ali onde seja possível acrescentar mais valor.

31. A reunião preparatória proposta atrasou devido a convulsões políticas e à tensão na Turquia, bem como o programa apertado dos membros do Sub-Comité e da Comissão. Contudo, a 17 de Dezembro de 2007, uma delegação da UA deslocou-se à Turquia a convite do Governo turco a fim de analisar a questão dos preparativos para a Cimeira. A delegação compreendeu os membros do Bureau do Sub-Comité de Cooperação Multilateral e a Comissão.

32. Antes disso, a 27 de Novembro de 2007, a Turquia enviou uma carta à Comissão a indicar que, por causa das dificuldades em assegurar as condições apropriadas, ela fez reservas para as salas de conferência e o alojamento em hotéis em Istambul para o período compreendido entre 18 e 27 para os trabalhos e a Cimeira. Ela sugeria que a Cimeira de três dias poderá decorrer dentro do período acima mencionado. Por isso, apelou por uma decisão atempada sobre a data exacta para a Cimeira, de modo a permitir a confirmação das reservas.

33. Das discussões que tiveram lugar em Junho, entre a UA e a Turquia, e dentro do Sub-Comité para a Cooperação Multilateral, altura em que recebeu a informação da Comissão, em 2007, concordaram que a parceria com a Turquia deve concentrar-se em áreas específicas, onde este país fosse particularmente forte e pudesse preencher o vácuo, não coberto por outras parcerias. A parceria com o país tinha, portanto, que ter em conta as parcerias de África com outras regiões e nações. A delegação da UA que se deslocou à Ankara e a Istambul, levou essa mensagem à Turquia e ponderou-a nas suas discussões com as autoridades turcas.

34. Dos debates que tiveram lugar entre a UA e a Turquia, as visitas organizadas pela Turquia para a delegação da UA, que visitou este país, tal como foi mencionada anteriormente, e as trocas de opiniões que a delegação teve com os Chefes de Missões africanas em Ankara, recomendou-se que a parceria com a Turquia se centrava nas seguintes áreas:

- i) Rede de infra-estruturas e de energia em África;
- ii) Transportes, especialmente o desenvolvimento de canais de água insular;
- iii) Industrialização, especialmente na área dos têxteis, e a transferência de tecnologia e a indústria de pequena escala turca;
- iv) Educação e saúde, incluindo a educação “online”, o apoio para o programa de bolsas de estudo Nyerere no quadro da UA e a tele-medicina;
- v) Paz e segurança, particularmente as operações de apoio à paz, à reconstrução pós-conflito e o desenvolvimento, bem como a luta contra o terrorismo;
- vi) Construção, onde a Turquia tem vastos conhecimentos técnicos;
- vii) Turismo (entre Janeiro e Novembro de 2007), a Turquia recebeu cerca de 22 milhões de turistas;
- viii) Cooperação em eventos internacionais, especialmente as negociações no quadro da OMC, as reformas no Conselho de Segurança da ONU e nas instituições da Bretton Woods;
- ix) Desenvolvimento da agricultura; e
- x) Assistência técnica à CUA e às instituições da UA.

35. O grupo da UA e a Turquia também concordaram que o formato da Cimeira devia seguir aqueles que tem com os outros parceiros. Mas, a delegação das UA pode apenas registar o pedido da Turquia, segundo o qual a primeira Cimeira África-Turquia deve envolver todos os dirigentes africanos. O Conselho precisará de considerar este pedido, tendo em conta a decisão da Conferência da União que vai no sentido de limitar a presença de líderes africanos às Cimeiras de parceria com uma única nação; o facto de que a Índia aceitou esse formato e a natureza inclusiva do processo preparatório, desde que todos os Estados Membros fossem envolvidos.

36. Finalmente, é de enfatizar que trabalho preparatório adicional ainda tem de ser feito e, a este respeito, a Turquia indicou que está preparada para enviar um grupo de responsáveis à Adis Abeba, depois da Cimeira de Janeiro/Fevereiro, a fim de efectuar um estudo mais aprofundado com a UA sobre os documentos finais. Entretanto, torna-se necessário tomar uma decisão com respeito às propostas acima mencionadas, especialmente a que se refere à data da Cimeira entre 18-27 de Agosto de 2008. A Comissão considera que se podia ganhar muito com a parceria com a Turquia, e recomenda que a União Africana trate disso com a seriedade que este assunto merece.

Conclusão

37. O quadro de parceria emergente de África com outras regiões do mundo oferece tanto oportunidades como desafios. Os desafios são evidentes: há necessidade de se conceber o modelo e a estrutura de relações, de maneira congruente, que permitam o princípio de complementaridade e de subsidiariedade. Isto tem duas implicações: o crescimento de relações da União com países do Sul deve preencher necessariamente o vácuo nas relações com o Norte; a parceria deve ser uma relação de reciprocidade, com vantagens mútuas e os instrumentos para o desenvolvimento económico, político e social. Ela deve também acrescentar valor importante naquilo que já existe nos nossos Estados Membros, dentro das sub-regiões e do continente africano.

38. Felizmente, a abordagem da Comissão, em estreita colaboração com o Sub-Comité do CRP para a Cooperação Multilateral, tem sido a de realizar tanto o interesse ideológico da solidariedade e o fim comum, bem como a necessidade de haver vantagens recíprocas como plataforma para uma interacção sustentada, que melhore significativamente as vidas dos povos de África e em toda a parte. Portanto, em termos específicos, o quadro de relações, particularmente nas negociações bilaterais, foca em vantagens comparativas, a fim de garantir que o desenvolvimento das economias possa apoiar e acrescentar valor de forma recíproca.

39. Finalmente, o efeito mais importante desta rede crescente de relações é ela ter aumentado o perfil, a visão e a imagem da União Africana, de maneira que dá maior credibilidade e elevação na arena internacional. Isto tem continuado a atrair o corpo principal de decisores globais no sentido de interagir como a União e visitar a sua Sede em Adis Abeba, com vista a buscarem soluções para os problemas que afectam a África e a comunidade internacional, no seu todo. A consequência é que a União tem-se tornado num polo de influências nos círculos internacionais, com o impacto credível e é certamente o actor principal na defesa dos interesses e na resolução dos problemas de África e de outras questões que afectam o continente.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Segunda Sessão Ordinária
27 - 29 DE JANEIRO DE 2008
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/373 (XII) a

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE A TICAD IV

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS DA TICAD IV

A quarta Conferência da TICAD será realizada em Yokohama, Japão, em Maio de 2008, antes da Cimeira do G8, a realizar-se também no Japão, em Julho de 2008. A Conferência abordará questões sobre as seguintes áreas prioritárias do desenvolvimento Africano: a aceleração do crescimento económico, a garantia da segurança humana, incluindo a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) a consolidação da paz e democratização e as mudanças climáticas e ambientais.

Como preparação para a Conferência, o Japão e os co-organizadores convocaram uma Reunião Alargada da Comissão em Nova Iorque nos dias 2 e 3 de Outubro de 2007, que foi seguida por reuniões preparatórias em Lusaka, Zâmbia, nos dias 30 e 31 de Outubro para a África Oriental e Austral, e em Tunis, na Tunísia nos dias 21 e 22 de Novembro de 2007 para a África Ocidental, do Norte e Central. O objectivo das reuniões foi :

1. ouvir, particularmente, dos participantes regionais, questões concretas, incluindo os seus desafios e preocupações, bem como as suas próprias acções, que estejam relacionadas com as áreas prioritárias e de cooperação da TICAD (a aceleração do crescimento económico, a garantia da segurança humana, incluindo a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), a consolidação da paz e da democratização, e a mudança climática e ambiental) e quais destas questões são particularmente relevantes para os seus países e/ou regiões;
2. explicar, do ponto de vista dos co-organizadores, o estágio dos preparativos para a TICAD IV, tais como o programa, o projecto de agenda, questões logísticas e outros aspectos práticos;
3. explicar, do lado dos japoneses, as possíveis áreas de cooperação que podem ser anunciadas na Conferência da TICAD IV, no Japão; e
4. ouvir das várias organizações internacionais as iniciativas que possam estar a considerar para África.

Acta

No seu discurso de abertura, o Embaixador Japonês para a TICAD, o Embaixador Odano, expressou a sua sincera gratidão aos governos da Zâmbia e da Tunísia pela organização do processo preparatório da TICAD IV. Referiu que o Japão iniciou o processo TICAD em 1991, quando a ajuda à África estava a diminuir, após o fim da Guerra.Fria. Disse que o processo da TICAD tinha

contribuído significativamente para mobilizar a comunidade internacional para apoiar o desenvolvimento Africano.

O Embaixador Odano ressaltou que a primeira Conferência TICAD foi organizada em 1993, em Tóquio, para promover um diálogo político de alto nível entre os líderes Africanos e os parceiros de desenvolvimento. Observou que desde essa altura este diálogo evoluiu para um quadro global maior que facilita a implementação das iniciativas para a promoção do desenvolvimento Africano sob o princípio “*pertença e parceria*” da África, entre a África e a comunidade internacional.

Mencionou ainda que desde a primeira reunião em 1993, TICAD é reconhecido como um único fórum de políticas que discute o futuro do desenvolvimento Africano para os povos Africanos. Contudo, enfatizou que TICAD não é um fórum de compromissos, mas de diálogo político onde é debatido o desenvolvimento Africano. Reconheceu a consciência dos povos Africanos, das suas iniciativas de desenvolvimento através da União Africana, da NEPAD, do Banco Africano de Desenvolvimento e das Comunidades Económicas Regionais.

O Embaixador observou que as preparações para a TICAD já se haviam iniciado em Tóquio, no início de 2007. Observou ainda que o Japão realizou uma série de debates e consultas com o Corpo Diplomático Africano em Tóquio. Apelou aos representantes dos países Africanos para contribuírem para o processo, expressando os seus desafios, acções e preocupações sobre o seu esforço de desenvolvimento

Finalmente, acrescentou que devido ao facto da Conferência TICAD IV, em Maio de 2008 ser seguida pela Cimeira do G8 em Julho, o Japão iria aproveitar a oportunidade para transmitir as preocupações Africanas aos líderes do G8. Em conclusão, o Embaixador Odano anunciou que a Conferência Ministerial TICAD IV seria convocada antes da Conferência do Gabão, em Março de 2008.

Sessões Separadas

As cerimónias de Abertura foram seguidas de debates gerais sobre o processo TICAD, e os representantes dos Estados Membros realçaram as suas opiniões e expectativas em relação às reuniões. A comissão da UA esteve representada tanto na Comissão Alargada como nas Reuniões Preparatórias Regionais. Um membro da delegação da UA assinalou durante a reunião, a necessidade do envolvimento da Comissão como co-organizador, no processo TICAD, Argumentou que o processo TICAD poderia beneficiar mais aos países Africanos, se o Governo Japonês e os co-organizadores pudessem aplicar a método multilateral em vez de abordagem bilateral. Também afirmou que, por a Comissão estar a trabalhar na harmonização de todas as políticas relacionadas com o desenvolvimento Africano, o seu envolvimento no processo é

extremamente necessário. O Embaixador Odano tomou nota da preocupação levantada pela delegação da UA e prometeu transmitir a mensagem ao Japão. As reuniões terminaram com as seguintes recomendações sobre as quatro áreas prioritárias da TICAD IV.

A. Aceleração do Crescimento Económico

(i) Infraestrutura

- Promover projectos de energia eléctrica para aumentar a disponibilidade e diminuir o custo da energia ;
- Apoiar a expansão de corredores rodoviários e ferroviários, redes e ligações aéreas em todo o continente, especialmente ligações para países sem acesso ao mar;
- Providenciar e mobilizar apoio financeiro para os planos de transporte existentes e para o desenvolvimento de infraestruturas .

(ii) Comércio e Investimento

- Conceder ajuda aos países para que possam desenvolver as suas capacidades de satisfazer os padrões internacionais de exportação ;
- Reduzir as barreiras não tarifárias que afectam os exportadores Africanos;
- Conceder ajuda aos projectos de microfinanças e microseguros e apoiar a troca de experiências, histórias de sucesso e formações dentro de África e entre a África e Ásia.

(iii) Agricultura

- Conceder ajuda aos produtores agrícolas para ajudar-lhes a elevar a cadeia de valores e a participação em negócios agrícolas e no processamento agrícola;
- Apoiar a agricultura mecanizada, e concentrar esforços no fornecimento de tecnologias e sementes melhoradas para melhorar a qualidade da terra e aumentar a produtividade agrícola;

- Apoiar a expansão da produção de NERICA e aproveitar a experiência do Japão na ajuda aos países Asiáticos a desenvolver culturas agrícolas;
- Conceder apoio ao CAADP, sob os auspícios da NEPAD

B. Atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

(i) Educação

- Atribuir apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico em África;
- Conceder apoio para a troca de académicos dentro de África e entre os países Africanos e o Japão;
- Aumentar a assistência financeira ao sector educacional incluindo o primário, secundário, terciário e formação profissional.

(ii) Saúde

- Conceder apoio para a pesquisa sobre doenças tropicais e medicamentos;
- Apoiar os sistemas nacionais de saúde de forma a que estes apliquem uma abordagem mais horizontal, visando atingir uma população maior;
- A saúde reprodutiva deve estar mais integrada no processo da TICAD.

C. Consolidação da Paz e Democratização

(i) Consolidação da Paz

- Atribuir apoio às instituições, aos programas e processos dedicados ao controlo de armas ligeiras e de pequeno porte;
- Atribuir formação sobre a prevenção gestão e resolução de conflitos, bem como a reconstrução pós- conflito, incluindo o apoio à formação das forças de manutenção da paz;
- Conceder apoio aos programas de manutenção da paz em África.

(iii) Governação

- Disponibilizar apoio ao desenvolvimento dos recursos humanos e reforço institucional nas áreas da governação executiva, legislativa e judicial do governo;
- Apoiar a capacitação das instituições nacionais de forma a abordarem a corrupção no processo de governação;
- Encorajar os doadores a concederem financiamento para a preparação e disseminação das melhores práticas resultantes da revisão de pares dos países.

D. Abordagem das Questões Ambientais e Mudanças climáticas

(I) Adaptação e Mitigação

- Apoiar a implementação do Plano de Acção Ambiental da NEPAD, especialmente através do reforço institucional;
- Promover o plantio de árvores, incluindo conjuntos de árvores para cortar o vento contra a desertificação;
- Atribuir apoio para a adopção de fontes alternativas e renováveis de energia, com a tecnologia apropriada;
- Melhorar o acesso à tecnologia de forma a combater a degradação ambiental, por exemplo reflorestação, agricultura florestal, e uso sustentável da terra.

(ii) Acesso à Energia

- Apoiar a criação de mini e micro sistemas de energia hídrica;
- Aumentar as fontes de energia renováveis no continente, por exemplo a energia solar, aeólica e biomassa;
- Reforçar a cooperação com as Comunidades Económicas Regionais (CERs) de forma a promover os esforços de integração regional no sector da energia.

2008

Relatório de actividades sobre as diferentes parcerias Estratégicas da União Africana Com o Japão (TICAD IV), China, América do sul, Índia e Turquia

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3882>

Downloaded from African Union Common Repository